



CENTRO

Programa Operacional
Regional do Centro
2014 - 2020

***MAPEAMENTO DAS
NECESSIDADES DE INVESTIMENTO
NAS INFRAESTRUTURAS SOCIAIS***

ÍNDICE

- 1. Enquadramento**
- 2. As infraestruturas sociais no âmbito do CENTRO 2020**
- 3. Sustentabilidade demográfica na Região Centro**
- 4. Infraestruturas sociais na Região Centro**
- 5. Mapeamento das necessidades de investimento nas infraestruturas sociais**
 - 5.1 Apoios concedidos no âmbito do QREN (2007-2013)**
 - 5.3 Prioridades e critérios para apoio às infraestruturas sociais em 2014-2020**

1. Enquadramento

O Acordo de Parceria PORTUGAL 2020, adotando os princípios de programação da Estratégia Europa 2020, coloca em evidência a persistência de um elevado nível de pobreza e de exclusão social em Portugal. Esta situação reflete-se em aspetos como a elevada incidência da pobreza infantil ou a existência de grupos específicos particularmente vulneráveis, como os idosos e as pessoas com deficiências e incapacidades.

Assim, tendo em vista a promoção de um crescimento inclusivo, propõe o apoio comunitário, entre outros, à consolidação e requalificação da rede de equipamentos e serviços coletivos.

Todavia, o Acordo de Parceria refere também, a propósito da mobilização de algumas prioridades de investimento, que estas devem respeitar algumas condicionantes, no sentido de garantir uma maior eficiência e eficácia nas intervenções. No caso dos “apoios a equipamentos sociais serão condicionados ao mapeamento das necessidades de intervenção, a apresentar à Comissão Europeia. Para estes equipamentos a apoiar deve também estar assegurada a sustentabilidade económico-financeira após a concessão do apoio.”

Este exercício de mapeamento surge desta necessidade e circunscreve-se, exclusivamente, aos equipamentos sociais, tendo por base a caracterização da oferta existente e procurando perspetivar as necessidades de intervenção neste tipo de infraestruturas na Região Centro. Englobam-se neste enquadramento todos os equipamentos sociais dirigidos aos grupos populacionais mais fragilizados e numa lógica de maior dependência, nomeadamente na área da deficiência, da terceira idade e da infância bem como em áreas terapêuticas e de prevenção no âmbito da promoção da qualidade de vida das pessoas com deficiência. Assim, este documento pretende ainda servir de orientação para as opções de gestão e intervenção do Programa Operacional Regional em matéria de investimentos infraestruturais, enquadráveis nesta tipologia.

Neste documento é analisado o enquadramento destas tipologias de investimento no Centro 2020 bem como as dinâmicas demográficas na região. A par do levantamento das infraestruturas existentes e das suas características, são identificadas as áreas de pressão e necessidades e os principais critérios de priorização das intervenções na criação de novas ofertas a prosseguir no atual período de programação dos fundos comunitários, de forma a garantir a racionalidade e a coerência regional das intervenções, numa lógica de articulação e complementaridade com as dinâmicas de investimento e de emprego estabelecidas para a Região Centro.

Considerando a escassez de recursos do Programa, 30 milhões de euros, face às necessidades de novos equipamentos, a natureza das intervenções a financiar estará, nesta fase, centrada na requalificação, remodelação ou adaptação dos equipamentos sociais já existentes, pelo que a localização territorial não assume particular relevância. Esta opção justifica-se pelas necessidades de intervenção nos equipamentos sociais existentes, nomeadamente de pequenas intervenções (cozinha, lavandaria, etc.) que

melhoram a qualidade do serviço e pelas intervenções necessárias para que estes equipamentos cumpram os requisitos legais.

2. As infraestruturas sociais no âmbito do CENTRO 2020

Integrando o Eixo 5 - Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR), o reforço da rede de infraestruturas sociais e de saúde mobiliza a Prioridade de Investimento (PI) 9.7/9a - *Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através de melhor acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária.*

A necessidade de mobilizar o objectivo específico, previsto no CENTRO 2020, que visa reforçar a rede de infraestruturas sociais, no âmbito desta PI, prende-se com os seguintes fundamentos (neste caso, relacionados exclusivamente com a componente social):

- as respostas sociais encontram-se dispersas pelo território, ocorrendo falhas em especial nas áreas mais densamente povoadas do litoral;
- importa potenciar a sustentabilidade da rede de equipamentos existentes, reforçando o papel das entidades do terceiro setor na dinamização da economia social e da oferta de respostas sociais de qualidade.

Os investimentos a concretizar no âmbito do CENTRO 2020 pretendem alterar a situação atual. Apesar da taxa de cobertura dos centros de dia, lares de idosos e serviços de apoio domiciliário ser de 16% na Região Centro contra 12% no país (em 2010), considera-se ainda muito baixa. Adicionalmente, a região tem uma população bastante envelhecida (a segunda mais envelhecida, logo a seguir à região do Alentejo), subsistindo ainda muitos municípios com taxas de cobertura muito abaixo destas médias, revelando que a oferta existente nestes territórios é insuficiente para responder às necessidades efetivas de uma população idosa com grandes carências de ordem económica e social.

Com estes investimentos pretende-se diminuir as assimetrias intrarregionais e assegurar que toda a população tem à sua disposição uma resposta adequada às suas necessidades, com base essencialmente nos equipamentos já existentes, assumindo uma lógica de racionalização e de concentração. No entanto, a realidade interna da região é muito heterogénea: enquanto o interior da região manifesta necessidades mais relacionadas com respostas ligadas ao envelhecimento da população, no caso do litoral são as questões da primeira infância que se tornam mais prementes. Em termos gerais, a par da lógica de racionalização já referida, os investimentos devem contribuir para uma maior coesão territorial.

Daí que as ações a apoiar pelo CENTRO 2020 sejam, investimentos em infraestruturas/equipamentos sociais na área da deficiência, da terceira idade e da infância, investimentos em equipamentos em áreas terapêuticas e de prevenção no âmbito da promoção da qualidade de vida das pessoas com deficiência e aquisição de

sistemas de informação que promovam o funcionamento das instituições sociais em rede e mais próximo dos cidadãos.

3. Sustentabilidade demográfica na Região Centro

A Região Centro tem evidenciado uma dinâmica populacional regressiva. Entre os dois últimos momentos censitários (2001-2011), a população diminuiu 0,9% (quando em termos médios nacionais aumentou 1,8%). A população apenas aumentou em 32 dos 100 municípios da região (anexo 1), estando estes localizados na sua grande maioria no litoral, mais concretamente nas Comunidades Intermunicipais (CIM) do Oeste, Região de Leiria e Região de Aveiro (Figura 1).

Figura 1. Taxa de variação da população residente, nas CIM da Região Centro, entre 2001 e 2011

	População residente		Variação
	2011	2001	2001/2011
CENTRO	2 327 755	2 348 397	-0,88
Beira Baixa	89 063	94 410	-5,66
Beiras e Serra da Estrela	236 023	258 799	-8,80
Médio Tejo	247 331	254 606	-2,86
Oeste	362 540	338 711	7,04
Região de Aveiro	370 394	364 973	1,49
Região de Coimbra	460 139	472 334	-2,58
Região de Leiria	294 632	288 630	2,08
Viseu Dão Lafões	267 633	275 934	-3,01

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011

Relativamente aos grupos etários, ressalta um padrão marcado pelo gradual aumento do peso dos grupos etários mais elevados e uma redução do peso da população mais jovem, evidenciando assim claros problemas de sustentabilidade populacional e geracional. Em termos intrarregionais, verificam-se ainda grandes assimetrias, com uma população relativamente mais jovem no litoral e mais envelhecida no interior (à exceção de grandes centros urbanos).

A população do grupo etário mais jovem (0-14 anos) só cresceu em 13 municípios da Região Centro: Oliveira do Bairro, Condeixa-a-Nova, Marinha Grande, Lousã, Óbidos, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Cadaval, Lourinhã, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras, Constância e Entroncamento. Sobral de Monte Agraço e Arruda dos Vinhos foram os municípios que mais cresceram na Região Centro e, simultaneamente, que registaram maior crescimento da sua população até aos 14 anos. Esta situação poderá estar relacionada com a proximidade à Grande Lisboa, uma vez que são os dois municípios de fronteira com esta NUTS III. Outros municípios do Oeste registaram também crescimentos populacionais elevados, quer em termos totais quer neste grupo etário específico, nos últimos 10 anos, como Lourinhã, Alenquer, Torres Vedras ou Óbidos. Verifica-se assim que esta sub-região se apresenta como um território bastante atrativo em termos populacionais, o que resultou da dinâmica de concentração populacional em torno dos grandes centros urbanos do litoral,

observada em todo o país, e do movimento de saída dos espaços centrais da Área Metropolitana de Lisboa para zonas limítrofes. Os casos de Condeixa-a-Nova e Lousã têm razões semelhantes mas em torno do município de Coimbra, com o qual registam movimentos pendulares bastante acentuados.

Agravando esta situação, todos os municípios verificaram uma diminuição da população do grupo etário dos 15 aos 24 anos. Em 65 dos 100 municípios, esta população diminuiu mais do que 25% e em seis o decréscimo ultrapassou os 40% (Pampilhosa da Serra, Mortágua, Oleiros, Celorico da Beira, Meda e Vila Velha de Ródão).

Nos grupos etários dos 25 aos 64 anos e dos 65 e mais anos, a população aumentou, em termos médios, na Região Centro, com um número significativo de municípios a registar esta tendência.

De facto, a população do grupo etário mais idoso (65 e mais anos) apenas diminuiu em 18 municípios da Região Centro, entre os dois momentos censitários: Idanha-a-Nova, Mação, Penamacor, Sabugal, Pedrógão Grande, Góis, Vila Velha de Ródão, Sardoal, Figueira de Castelo Rodrigo, Proença-a-Nova, Meda, Ferreira do Zêzere, Celorico da Beira, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Penela, Pampilhosa da Serra e Vila Nova de Paiva. Pelo contrário, o crescimento mais acentuado da população deste grupo etário (superior a 30%) registou-se em Entroncamento, Leiria, Marinha Grande, Viseu e Ílhavo.

Em termos agregados, o Oeste foi a única CIM onde a população jovem cresceu. Em contraponto, verificou-se um grande decréscimo da população mais jovem nas Beiras e Serra da Estrela, sendo que em 22 municípios os decréscimos são superiores a 25%. São essencialmente municípios localizados no miolo e no interior da região (Pampilhosa da Serra, Aguiar da Beira, Oleiros, Almeida, Manteigas e Penamacor tiveram decréscimos mesmo superiores a 35%). Relativamente à população mais idosa, apenas na Beira Baixa se verificou um ligeiro decréscimo da população com 65 e mais anos, sendo que nas restantes sete CIM se registou um aumento da população residente deste grupo etário, atingindo variações intercensitárias superiores a 20% na Região de Aveiro, Região de Leiria e Oeste (Figura 2).

Assiste-se a uma clara transição do modelo demográfico de décadas anteriores, marcado por elevados níveis de fecundidade, natalidade e mortalidade. Atualmente, a situação está muito alterada com baixas taxas de natalidade e mortalidade e, em simultâneo, com um aumento da esperança média de vida.

Para referência, na Região Centro, a taxa de natalidade diminuiu de 10,3‰ em 1992 para 6,8‰ em 2014 (numa tendência claramente decrescente ao longo dos últimos anos). Já a taxa de mortalidade aumentou de forma muito ligeira (de 11,5‰ para 11,7‰) neste mesmo período.

Figura 2. População residente por grupos etários, nas CIM da Região Centro, em 2011

	2011				2001				Variação 2001/2011			
	0 - 14 anos	15 - 24 anos	25 - 64 anos	65 e mais	0 - 14 anos	15 - 24 anos	25 - 64 anos	65 e mais	0 - 14 anos	15 - 24 anos	25 - 64 anos	65 e mais
	N.º								%			
CENTRO	319 258	239 248	1 247 499	521 750	352 388	322 118	1 217 213	456 678	-9,40	-25,73	2,49	14,25
Beira Baixa	9 828	7 922	44 747	26 566	11 168	11 150	45 483	26 609	-12,00	-28,95	-1,62	-0,16
Beiras e Serra da Estrela	27 412	22 889	121 038	64 684	35 342	33 913	128 364	61 180	-22,44	-32,51	-5,71	5,73
Médio Tejo	33 263	24 813	127 937	61 318	36 687	32 894	129 052	55 973	-9,33	-24,57	-0,86	9,55
Oeste	54 957	37 400	197 315	72 868	52 634	46 016	179 520	60 541	4,41	-18,72	9,91	20,36
Região de Aveiro	54 497	40 465	206 283	69 149	60 498	52 687	195 551	56 237	-9,92	-23,20	5,49	22,96
Região de Coimbra	59 278	45 527	250 604	104 730	66 327	64 566	249 072	92 369	-10,63	-29,49	0,62	13,38
Região de Leiria	42 874	31 656	159 664	60 438	45 976	40 255	152 746	49 653	-6,75	-21,36	4,53	21,72
Viseu Dão Lafões	37 149	28 576	139 911	61 997	43 756	40 637	137 425	54 116	-15,10	-29,68	1,81	14,56

Fonte: INE, Censos 2011

Tem sido esta diminuição da taxa de natalidade que implicou a redução do peso dos grupos etários mais jovens. Por outro lado, o aumento da esperança de vida e a diminuição da mortalidade resultou num aumento do peso da população idosa.

Em termos médios, a Região Centro apresenta uma população bastante envelhecida. Em 2014, o índice de envelhecimento era de 177 idosos por cada 100 jovens na região contra 141 na média nacional, situação que se tem agravado de forma sistemática nas últimas duas décadas. Entre os dois últimos momentos censitários, é clara esta tendência populacional em todas as CIM da região, com especial agravamento nas localizadas no interior.

Figura 3. Índice de envelhecimento, nas CIM da Região Centro, em 2001 e 2011

	2001	2011
	N.º	
CENTRO	129,60	163,43
Beira Baixa	238,26	270,31
Beiras e Serra da Estrela	173,11	235,97
Médio Tejo	152,57	184,34
Oeste	115,02	132,59
Região de Aveiro	92,96	126,89
Região de Coimbra	139,26	176,68
Região de Leiria	108,00	140,97
Viseu Dão Lafões	123,68	166,89

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011

Os dados apresentados apontam para um agravamento da situação demográfica, nomeadamente ao nível da desertificação e despovoamento das zonas de baixas densidades e do envelhecimento generalizado da população.

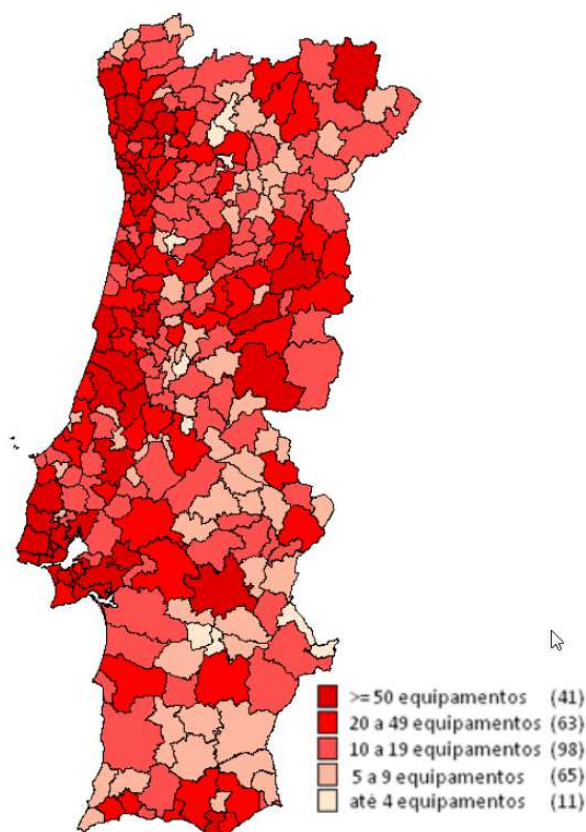
4. Infraestruturas sociais na Região Centro

Ao nível dos equipamentos sociais, existe já uma rede em funcionamento e que tem sido fundamental enquanto resposta a grupos sociais mais dependentes. Esta rede tem sido dinamizada nos últimos anos e reforçada com investimentos públicos através de programas específicos como o Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos

Sociais (PARES) e o Programa Operacional Potencial Humano (POPH), o que resultou no aumento da capacidade instalada e da melhoria dos níveis de qualidade e segurança das diferentes respostas sociais que a compõem.

A implantação heterogénea dos equipamentos sociais no país espelha as assimetrias na própria distribuição populacional, conforme analisado no ponto anterior. O mesmo acontece na Região Centro onde os municípios localizados no litoral concentram um maior número de equipamentos, mas também o interior, visivelmente mais envelhecido. Em 2014, a totalidade dos municípios detinha equipamentos sociais, sendo a oferta superior a 10 equipamentos na maioria dos municípios da região.

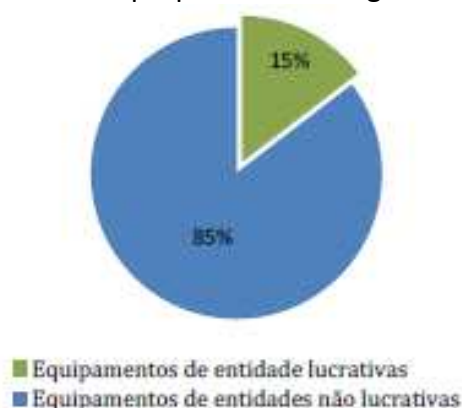
Figura 4. Distribuição territorial dos equipamentos sociais por município (2014)



Fonte: GEP – MTSSS, Carta Social

Em termos nacionais, o número de equipamentos sociais em funcionamento tem apresentado um incremento muito positivo, o que se traduziu num acréscimo de 38%, em 2014, por comparação a 2000. Os equipamentos de entidades não lucrativas têm constituído o principal suporte da rede, sendo que, em 2014, representavam 79% do número total de equipamentos em funcionamento no Continente e 85% na Região Centro.

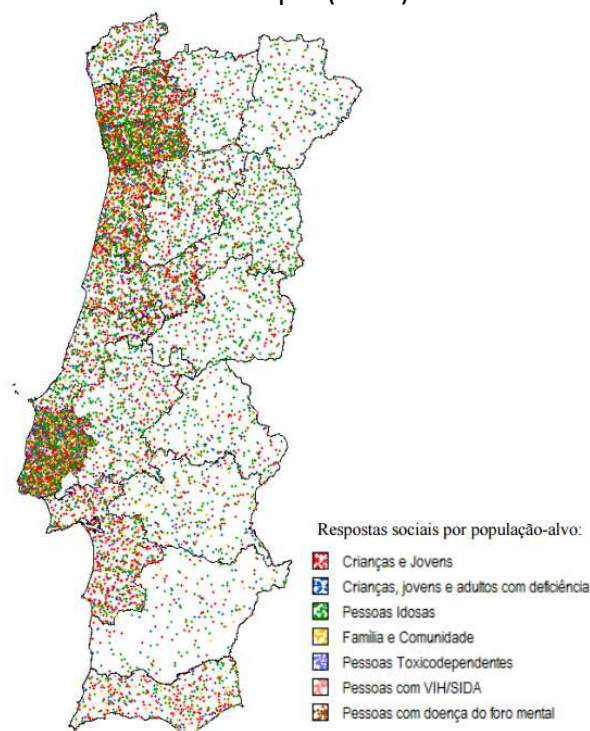
Figura 5. Distribuição percentual do número de equipamentos segundo a natureza jurídica da entidade proprietária na Região Centro (2014)



Fonte: GEP – MTSSS, Carta Social

As respostas consideradas prioritárias inserem-se em três grandes áreas: infância e juventude, população idosa e pessoas com deficiência. Na área da infância e juventude, a resposta social a consolidar é a Creche; na população idosa, são as respostas sociais Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), Centro de Dia (CD) e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD); e nas pessoas com deficiência ou incapacidade, através das respostas Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), Lar Residencial, Residência Autónoma e Serviço de Apoio Domiciliário.

Figura 6. Distribuição territorial das respostas sociais segundo a população-alvo por município (2014)



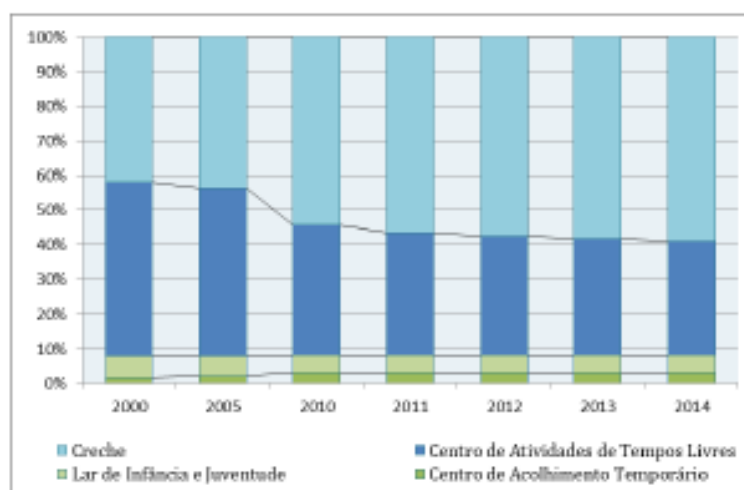
Fonte: GEP – MTSSS, Carta Social

A distribuição espacial de respostas sociais no território reproduz também o padrão de distribuição populacional. O maior número de respostas sociais está concentrada nos territórios de maior densidade populacional, designadamente no litoral. São, no entanto, as respostas destinadas à população idosa e às crianças e jovens as que estão mais disseminadas no território.

Respostas sociais dirigidas a Crianças e Jovens

No Continente, as respostas sociais dirigidas a Crianças e Jovens apresentaram, no período 2000-2014, um crescimento de 19%, totalizando 4 569 respostas, em 2014. Tendo como referência esta população-alvo, a valência com maior expressão era a Creche, representando, nesse ano, cerca de 60% das respostas sociais deste grupo.

Figura 7. Evolução da distribuição percentual das respostas sociais para Crianças e Jovens, 2000-2014, no Continente



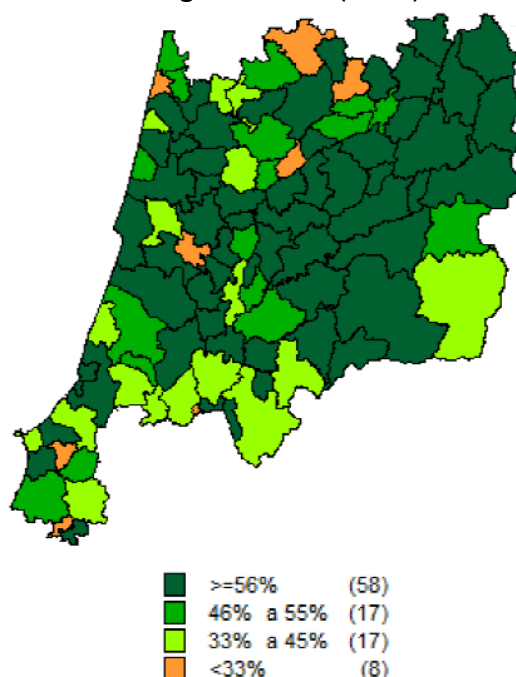
Fonte: GEP – MTSSS, Carta Social

A capacidade (número de lugares) das respostas sociais para Crianças e Jovens registou, igualmente, um aumento muito positivo, sobretudo ao nível da Creche, valência que, em 2014, dispunha de quase 115 mil lugares no Continente. O Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL), devido ao alargamento do horário escolar, tem verificado, por outro lado, um decréscimo.

Contrariamente à cobertura, a utilização das respostas sociais dirigidas a crianças até aos 3 anos de idade (Creches e Amas) denota uma quebra, mais acentuada em equipamentos de entidades privadas lucrativas. Embora o número de crianças que frequentam estas respostas continue a verificar um crescimento, ainda que a um ritmo mais baixo do que o aumento do número de lugares, a redução do número de crianças residentes até aos 3 anos de idade, em consequência da quebra da natalidade dos últimos anos, poderá explicar o decréscimo da utilização. Para além disso, a conjuntura económica, com efeitos no poder de compra das famílias, poderá também ser uma variável explicativa. A taxa de cobertura destas duas valências na Região Centro situava-se, em 2014, nos 60,43%. Contudo, dos 100 concelhos que compõem esta

região, apenas oito apresentavam uma cobertura de respostas para a 1ª infância abaixo dos 33%.

Figura 8. Distribuição territorial das taxas de cobertura das respostas Creches e Ama, na Região Centro (2014)



Fonte: GEP – MTSSS, Carta Social

Considerando apenas a valência Creches, por ser a mais significativa, a situação por CIM em 2014 é a retratada no quadro seguinte (Figura 7). É evidente uma taxa de cobertura ainda baixa, que reflete, na maioria das sub-regiões, uma capacidade disponível que não é suficiente para cobrir nem metade da população potencial a ser servida por esta resposta (população dos 0 aos 3 anos).

Figura 9. Distribuição territorial das taxas de utilização e cobertura da resposta Creches, na Região Centro (2014)

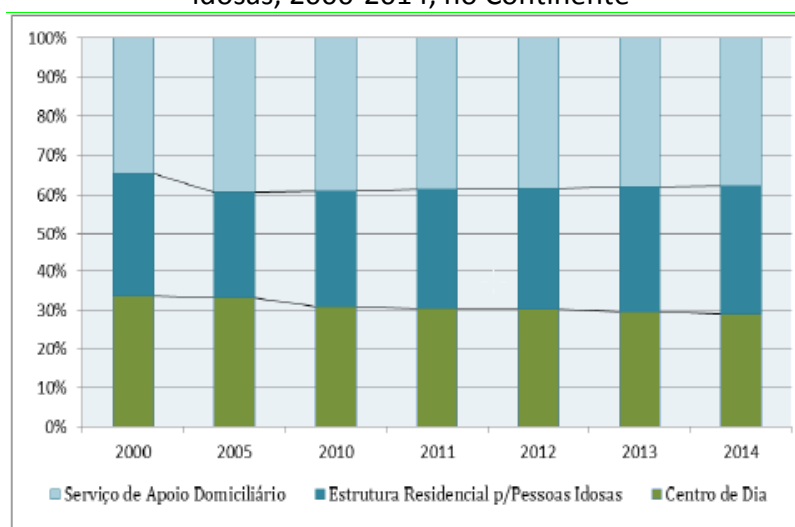
	Taxa de utilização (utentes/capacidade)	Taxa de cobertura (capacidade/população dos 0 aos 3 anos)
	%	%
CONTINENTE	80,3	34,6
CENTRO	77,7	43,0
Beira Baixa	81,4	56,5
Beiras e Serra da Estrela	69,2	60,5
Médio Tejo	78,1	30,8
Oeste	76,1	35,9
Região de Aveiro	83,8	48,8
Região de Coimbra	78,9	45,5
Região de Leiria	75,3	38,0
Viseu Dão Lafões	75,8	40,5

Fonte: Cálculos próprios, Carta Social

Respostas sociais dirigidas a Pessoas Idosas

As principais respostas sociais destinadas ao apoio à população idosa são o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), as Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI), normalmente assumidas como os Lares para Idosos, e os Centros de Dia. Estas respostas revelaram um crescimento significativo (49%), no período 2000-2014, no Continente. O Serviço de Apoio Domiciliário constitui a resposta social com maior incremento no âmbito deste grupo-alvo, representando, em 2014, cerca de 40% do total de respostas.

Figura 10. Evolução da distribuição percentual das respostas sociais para pessoas idosas, 2000-2014, no Continente



Fonte: GEP – MTSSS, Carta Social

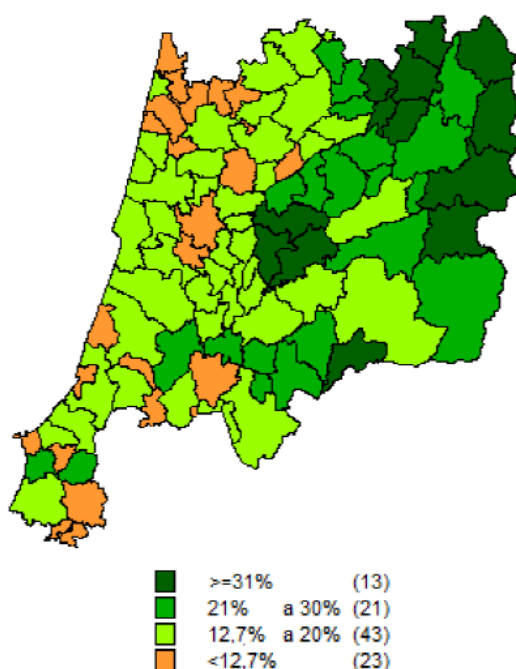
Apesar do aumento da oferta de respostas de apoio a pessoas idosas, o também crescimento da população com idade igual ou superior a 65 anos tem condicionado o nível de cobertura oferecido. Em 2014, a taxa de cobertura média destas três principais respostas para este grupo fixou-se em 12,7%, em termos médios no Continente. Ao nível da utilização tem-se verificado uma quebra nas diferentes respostas sociais para a população idosa, à exceção da resposta ERPI que manteve, em 2014, uma taxa de utilização acima dos 90%. As dificuldades financeiras das famílias poderão constituir uma das razões que explicam esta tendência recente observada.

Conforme as figuras seguintes, verifica-se que a cobertura de respostas sociais dirigidas a pessoas idosas é mais elevada no interior do território, o que está de acordo com a distribuição territorial da população potencial utente destas respostas (população com 65 ou mais anos). Os municípios do interior do país, com um peso relativo mais elevado de população idosa, registam uma cobertura superior àquela que é oferecida nos concelhos do litoral.

A Região Centro apresentava, em 2014, uma taxa de cobertura de respostas dirigidas às Pessoas Idosas de 17,3%, sendo que cerca de um quinto dos municípios dispunha de uma cobertura abaixo da média do Continente (12,7%) e quase metade apresentam uma taxa de cobertura entre esta média e 20%.

Em termos sub-regionais, apenas as CIM Beira Baixa e Beiras e Serra da Estrela apresentam uma taxa de cobertura acima da média da região, sendo que são também os territórios onde a taxa de utilização é mais baixa (resultado da maior capacidade disponibilizada).

Figura 11. Distribuição territorial das taxas de cobertura das respostas para Pessoas Idosas (SAD, ERPI e Centros de Dia), na Região Centro (2014)



Fonte: GEP – MTSSS, Carta Social

Figura 12. Distribuição territorial das taxas de utilização e cobertura das respostas para Pessoas Idosas (SAD, ERPI e Centros de Dia), na Região Centro (2014)

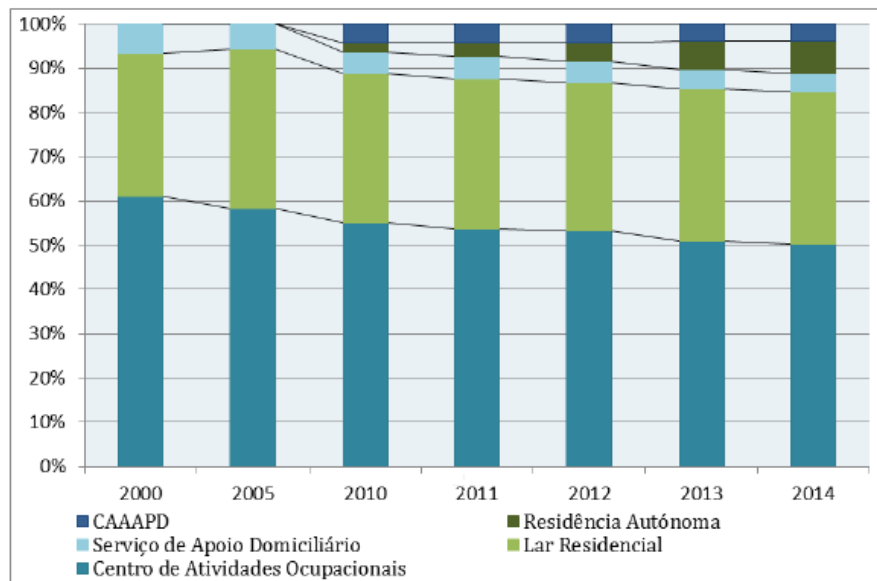
	Taxa de utilização (utentes/capacidade)	Taxa de cobertura (capacidade/população com 65 ou mais anos)
	%	%
CONTINENTE	78,0	12,7
CENTRO	78,8	17,3
Beira Baixa	74,2	22,7
Beiras e Serra da Estrela	72,6	28,9
Médio Tejo	76,5	17,2
Oeste	79,4	15,1
Região de Aveiro	85,2	12,2
Região de Coimbra	80,3	16,3
Região de Leiria	81,9	14,5
Viseu Dão Lafões	83,2	17,2

Fonte: Cálculos próprios, Carta Social

Respostas sociais dirigidas a Pessoas com Deficiência

As respostas sociais dirigidas a Pessoas com Deficiência são várias, nomeadamente, os Centros de Atendimento, Acompanhamento e Animação das Pessoas com Deficiência (CAAAPD); os Serviços de Apoio Domiciliário (SAD), os Centros de Atividades Ocupacionais (CAO), os Lares Residenciais e as Residências Autônomas. Estas têm registado um aumento significativo no Continente, entre 2000 e 2014.

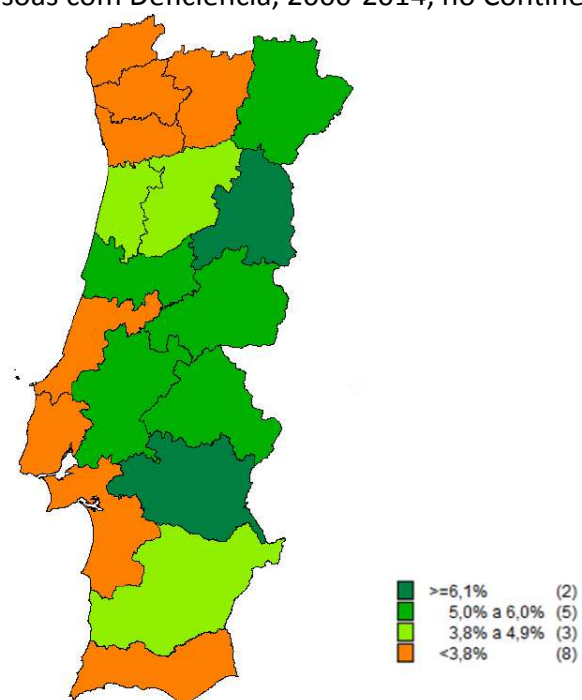
Figura 13. Evolução da distribuição percentual das respostas sociais para Pessoas com Deficiência, 2000-2014, no Continente



Fonte: GEP – MTSSS, Carta Social

Em 2014, eram os territórios do interior norte e centro os que apresentavam uma melhor cobertura de respostas para pessoas com deficiência. No entanto, é de salientar as taxas de cobertura reduzidas em todo o país, colocando todos os potenciais projetos como relevantes.

Figura 14. Distribuição territorial da taxa de cobertura das respostas sociais para Pessoas com Deficiência, 2000-2014, no Continente



Fonte: GEP – MTSSS, Carta Social

5. Mapeamento das necessidades de infraestruturas sociais

5.1 Apoios concedidos no âmbito do QREN (2007-2013)

Ao longo do último período de programação do QREN, foram apoiados alguns investimentos em equipamentos sociais.

Apesar de não existir um regulamento específico para esta tipologia de equipamentos, foi possível apoiar alguns no âmbito dos regulamentos Equipamentos para a Coesão Local e Parceiras para a Regeneração Urbana.

No caso dos Equipamentos para a Coesão Local, o programa regional Mais Centro previa já que a sua área de intervenção abrangesse operações que reforçassem o acesso a equipamentos e serviços coletivos que concorrem para a coesão territorial, particularmente os desportivos e os sociais, concebidas de modo integrado e em possível concertação intermunicipal, visando a melhoria da qualidade de vida das populações, a inclusão social e o equilíbrio das redes locais de equipamentos. Foram apoiados, neste âmbito, no entanto, um número reduzido de projetos, conforme dados da figura seguinte.

Figura 15. Infraestruturas sociais apoiadas pelo Mais Centro no regulamento Equipamentos para a Coesão Local (31 de dezembro de 2015)

Designação da operação	Designação do beneficiário	Concelho	Investimento total	Investimento elegível	Fundo comunitário
			milhares de euros		
Centro Social Nossa Senhora de Fátima - Bogas de Cima	Município do Fundão	Fundão	980	980	833
Reabilitação de Edifício Para Centro de Animação Socio-Juvenil de Nespereira	Município de Gouveia	Gouveia	168	168	143
Lar de 3.ª Idade na Zebreira - 2.ª e 3.ª Fase	Município de Idanha-a-Nova	Idanha-a-Nova	528	528	449
Lar de Idosos de Souto da Casa - Fundão	Município do Fundão	Fundão	562	505	430
Centro Social do Telhado	Município do Fundão	Fundão	812	812	690
Creche e Serviço de Apoio Domiciliário em S. Gregório	Município das Caldas da Rainha	Caldas da Rainha	591	591	502
Construção da Casa de Abrigo	Município de Pombal	Pombal	455	455	387
Construção da Unidade de Cuidados Continuados Integrados Bento XVI (Fátima)	União das Misericórdias Portuguesas	Ourém	6.210	4.859	4.130
Construção do Lar Residencial - Inclusão e Solidariedade Social	Associação Recreativa, Cultural e de Acção Social de Lamas de Ferreira de Aves	Sátão	707	651	554
Construção do Lar de Idosos de Caria	Município de Belmonte	Belmonte	1.490	1.277	1.085
TOTAL			12.502	10.826	9.202

Relativamente às Parcerias para a Regeneração Urbana, foram também apoiados alguns equipamentos de natureza social que promovessem uma melhoria da qualidade

de vida da população, nomeadamente algumas creches, centros de dia, lares de idosos, centros sociais (Figura 16).

Figura 16. Infraestruturas sociais apoiadas pelo Mais Centro no regulamento Parcerias para a Regeneração Urbana (31 de dezembro de 2015)

Designação da operação	Designação do beneficiário	Concelho	Investimento	Investimento	Fundo
			total	elegível	comunitário
milhares de euros					
Alteração e Ampliação de Edifício para Centro de Dia de Apoio ao Idoso do Centro Histórico	Centro Comunitário Social de São Vicente	Guarda	445	445	356
Associação C D Social Almofalense - Centro de Dia	Associação Cultural Desportiva e Social Almofalense	Figueira de Castelo Rodrigo	54	42	36
Centro Bem Estar Social Zona Alta	Centro de Bem Estar Social da Zona Alta	Torres Novas	83	72	61
Centro de dia de São Vicente de Carvalhal da Aroeira	Centro de Dia de S. Silvestre de Carvalhal de Aroeira	Torres Novas	32	27	23
Centro de Dia S. Simão - Brogueira	Santa Casa da Misericórdia Torres Novas	Torres Novas	66	55	47
Centro de Respostas Integradas para a Pessoa com Deficiência e Incapacidade	Cercipeniche, Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Peniche, CRL	Peniche	480	405	338
Centro Paroquial Aldeia João Pires - Centro de Dia	Centro Social Paroquial Aldeia João Pires	Penamacor	42	38	33
Centro Social apoio Pala	Centro de Apoio Social de Pala	Pinhel	78	76	65
Centro Social Belazaima	Centro Social Belazaima	Águeda	43	39	33
Centro Social Bem Estar de Ouça	Centro Social Bem Estar	Vagos	44	44	37
Centro Social C R Freguesia Avelãs Cima	Centro Social Cultural e Recreativo da Freguesia de Avelãs de Cima	Anadia	449	348	296
Centro Social Campelos	Centro Social Paroquial de Santo António de Campelos	Torres Vedras	24	24	21
Centro Social Comunitário Dr. Jaime Ramos. Valência: Lar, Apoio Domiciliário, ATL e Centro de Dia	Fundação ADFP - Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional	Miranda do Corvo	91	91	77
Centro Social Cultural Recreativo Poutena	Centro Social Cultural e Recreativo de Poutena	Anadia	48	48	41
Centro Social do Telhado	Município do Fundão	Fundão	812	812	690
Centro Social e Cultural de Casegas	Centro Social e Cultural de Casegas	Covilhã	42	40	34
Centro Social e Paroquial de Ferreira-a-Nova	Centro Social Paroquial de Ferreira a Nova	Figueira da Foz	34	34	29
Centro Social e Paroquial do Estreito	Centro Social Paroquial de Estreito	Oleiros	21	20	17
Centro Social N. Sra. Das Neves	Associação socio-cultural desportiva e recreativa de Guimie	Viseu	100	93	79
Centro Social Nossa Senhora de Fátima - Bogas de Cima	Município do Fundão	Fundão	980	980	833
Centro Social Paroquial da Freguesia de Recardães	Centro Social Paroquial da Freguesia de Recardães	Águeda	109	109	92
Centro Social Paroquial da Freguesia de Recardães - Bloco A	Centro Social Paroquial da Freguesia de Recardães	Águeda	25	25	21
Centro Social Paroquial de Cadima - Jardim Infância	Centro Social Paroquial de Cadima	Cantanhede	12	12	10
Centro Social Paroquial de Cadima- Centro Dia	Centro Social Paroquial de Cadima	Cantanhede	22	22	19
Centro Social Paroquial de São Joainho	Centro Social e Paroquial de S. Joainho	Santa Comba Dão	96	67	57
Centro Social Tomas A. Azevedo	Centro Social Padre Tomás DAquino Vaz de Azevedo	Oleiros	172	158	134
Confraria de Nossa Senhora da Nazaré - Lar de idosos	Confraria Nossa Senhora da Nazaré	Nazaré	179	147	125
Creche e Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia do Fundão	Santa Casa da Misericórdia do Fundão	Fundão	386	386	328
Creche e Serviço de Apoio Domiciliário em S. Gregório	Município das Caldas da Rainha	Caldas da Rainha	591	591	502
Creche, Jardim de Infância, ATL da C.N.S.N.	Confraria Nossa Senhora da Nazaré	Nazaré	42	42	36
Creche/Jardim de infância Belazaima	Centro Social Belazaima	Águeda	22	21	18
Fundação de Aurélio Amaro Dinis - Lar de Idosos, Centro de Dia e Creche	Fundação Aurélio Amaro Diniz	Oliveira do Hospital	64	59	50
Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Penacova - Lar e Centro de Dia	Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Penacova	Penacova	103	70	60
Lar da Misericórdia	Santa Casa da Misericórdia do Fundão	Fundão	350	324	275
Lar de 3.ª Idade na Zebreira - 2.ª e 3.ª Fase	Município de Idanha-a-Nova	Idanha-a-Nova	528	528	449
Liga Amigos Aldeia Santa Margarida - Centro de Dia, Fundo do Lugar	Liga dos Amigos da Aldeia de Santa Margarida	Idanha-a-Nova	34	30	25
Santa Casa da Misericórdia da Sertã - Lar António Ferreira Alberto	Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Sertã	Sertã	107	88	75
Santa Casa da Misericórdia da Sertã - Lar Nossa Senhora do Carmo e Creche	Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Sertã	Sertã	230	146	124
Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco - Lar de Idosos Blocos A e B	Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco	Castelo Branco	438	398	338
SCMF - Santa Casa da Misericórdia do Fundão Centro de Dia e Lar	Santa Casa da Misericórdia do Fundão	Fundão	30	30	26
TOTAL			7.508	6.986	5.910

5.2 Prioridades e critérios para apoio às infraestruturas sociais em 2014-2020

O Programa Operacional Regional do Centro para o período 2014-2020 clarifica os critérios para os apoios às infraestruturas sociais, nomeadamente, pretende:

- i) Apoio ao investimento em infraestruturas e equipamentos sociais na área da deficiência, da terceira idade e da infância, de modo a melhorar as respostas sociais existentes ou a criar respostas inovadoras, mediante processos de reconversão e adaptação de respostas/serviços, incluindo a rentabilização de imobilizados;
- ii) Apoio ao investimento em equipamentos em áreas terapêuticas e de prevenção no âmbito da promoção da qualidade de vida das pessoas com deficiência;
- iii) Apoio à aquisição de sistemas de informação que promovam o funcionamento das instituições sociais em rede e mais próximo dos cidadãos.

Em termos de restrições aos apoios a conceder, o Programa Operacional Regional do Centro estabelece que devem ser apoiados “os equipamentos na área da deficiência, da terceira idade e da infância, desde que devidamente fundamentadas num contexto intermunicipal e sujeitas a uma análise cuidada da sua pertinência e sustentabilidade futura (em termos financeiros, ambientais e sociais), privilegiando a modernização de infraestruturas já existentes, em particular na área da deficiência”. Mais concretamente:

- O cumprimento das condicionantes relativas à realização do exercício de planeamento de equipamentos sociais, denominados de mapeamentos, implica o envio formal à Comissão Europeia dos resultados dos mesmos, bem como a aceitação por parte da Comissão Europeia do cumprimento desta condicionante, a realizar através de cartas, antes de serem aprovados financiamentos para esta tipologia de investimento;
- Para estes equipamentos a apoiar deve também estar assegurada a sustentabilidade económico-financeira após a concessão do apoio;
- Não são objeto de apoio equipamentos sociais que visem a institucionalização de utentes, em concreto na área da deficiência;
- Nas tipologias de ações relacionadas com construção ou melhoramentos dos equipamentos existentes serão aplicados custos padrão no apuramento do investimento elegível a cofinanciar;
- Não é elegível o financiamento da manutenção das infraestruturas;
- Não serão financiadas intervenções de modernização ou reconversão de equipamentos financiados por fundos comunitários há menos de 10 anos.

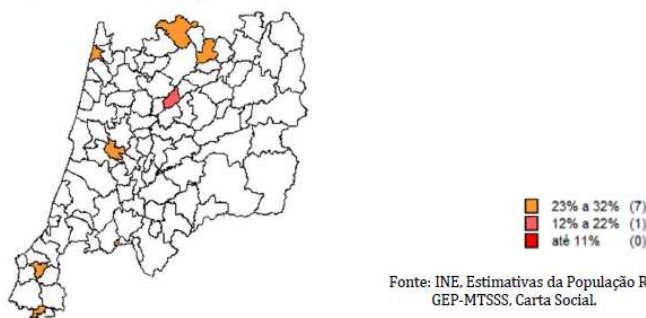
Tendo em conta que o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), entidade responsável pelas políticas públicas na área dos equipamentos sociais, definiu as prioridades de investimento para as diversas tipologias de intervenção previstas no Programa Operacional, são essas que este processo de mapeamento adota:

Respostas sociais dirigidas a Crianças e Jovens

Tendo em conta que oito municípios da Região Centro detinham ainda uma taxa de cobertura de respostas para a primeira infância abaixo dos 33% (meta definida pelo Conselho Europeu em 2002 e alcançada por Portugal em 2010), é considerada prioritária a resposta social **Creche** nestes 8 municípios da região (constantes do mapa apresentado a seguir), dos quais:

- Prioridade 1: nenhum concelho da região Centro;
- Prioridade 2: 1 concelho com taxa de cobertura inferior a 23%;
- Prioridade 3: 7 concelhos com uma taxa de cobertura entre 23% e 32%.

FIGURA 10 - DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DAS TAXAS DE COBERTURA INFERIORES A 33% DAS RESPOSTAS CRECHE E AMA NA NUTS II - CENTRO, 2014



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2014.
GEP-MTSSS, Carta Social.

Respostas sociais dirigidas a Pessoas Idosas

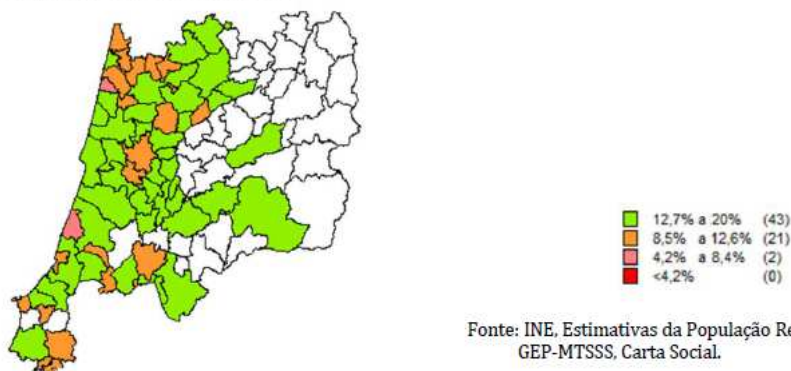
Respostas sociais ERPI (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas) e Centro de Dia (em simultâneo)

Tendo em conta que a Região Centro apresentava, em 2014, uma taxa de cobertura de respostas dirigidas a pessoas idosas de 17,34%, são consideradas prioritárias as respostas sociais **ERPI e Centro de Dia** (em simultâneo) em 66 concelhos (constantes do mapa apresentado a seguir), dos quais:

- Prioridade 1: 2 concelhos com uma taxa de cobertura inferior a 8,4%;
- Prioridade 2: 21 concelhos com taxa de cobertura entre 8,5% e 12,6%;
- Prioridade 3: 43 concelhos com uma taxa de cobertura entre 12,7% e 20%.

Nos restantes concelhos da região estas respostas em simultâneo (ERPI e CD) não são consideradas prioritárias.

FIGURA 17 - DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DAS TAXAS DE COBERTURA INFERIORES A 20% DAS RESPOSTAS PARA PESSOAS IDOSAS NA NUTS II - CENTRO, 2014



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2014.
GEP-MTSSS, Carta Social.

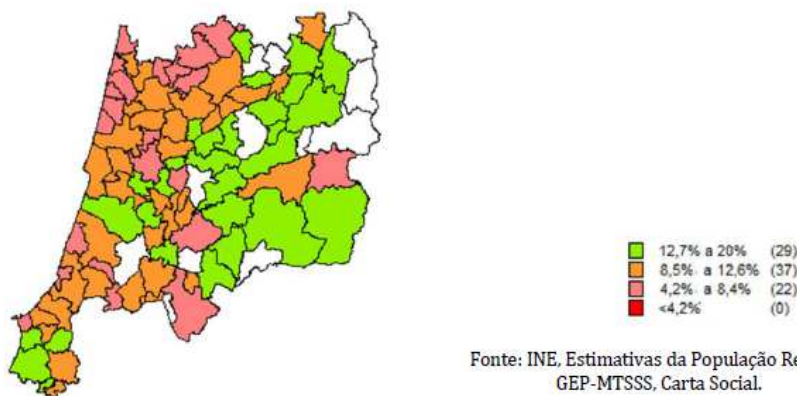
Resposta social ERPI (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas)

Tendo em conta que a Região Centro apresentava, em 2014, uma taxa de cobertura de respostas dirigidas a pessoas idosas de 17,34%, é considerada prioritária a resposta social **ERPI** em 88 concelhos (constantes do mapa apresentado a seguir), dos quais:

- Prioridade 1: nenhum concelho da região Centro;
- Prioridade 2: 22 concelhos com uma taxa de cobertura inferior a 8,4%;
- Prioridade 3: 37 concelhos com taxa de cobertura entre 8,5% e 12,6%;
- Prioridade 4: 29 concelhos com uma taxa de cobertura entre 12,7% e 20%.

Nos restantes concelhos da região esta resposta isolada ou com SAD acoplado não é considerada prioritária.

FIGURA 19- DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DAS TAXAS DE COBERTURA INFERIORES A 20% DA RESPOSTA ERPI NA NUTS II - CENTRO, 2014



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2014.
GEP-MTSS, Carta Social.

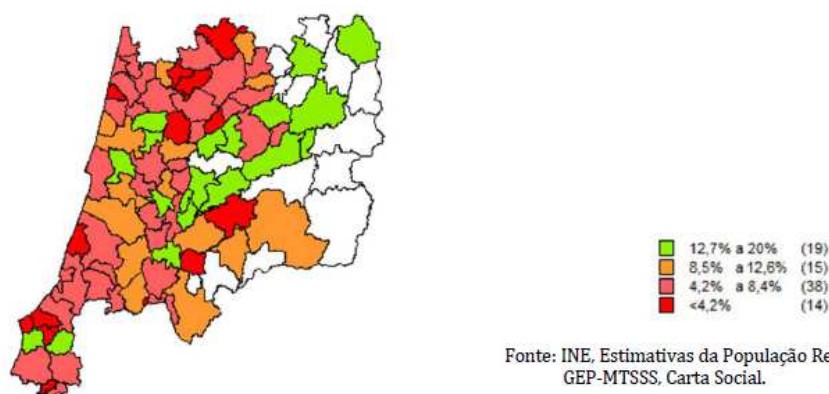
Resposta social Centro de Dia

Tendo em conta que a Região Centro apresentava, em 2014, uma taxa de cobertura de respostas dirigidas a pessoas idosas de 17,34%, é considerada prioritária a resposta social **Centro de Dia** em 86 concelhos (constantes do mapa apresentado a seguir), dos quais:

- Prioridade 1: 14 concelhos com uma taxa de cobertura inferior a 4,2%;
- Prioridade 2: 38 concelho com taxa de cobertura entre 4,2% e 8,4%;
- Prioridade 3: 15 concelhos com uma taxa de cobertura entre 8,5% e 12,6%.
- Prioridade 4: 19 concelhos com uma taxa de cobertura entre 12,7% e 20%.

Nos restantes concelhos da região esta resposta isolada ou com SAD acoplado não é considerada prioritária.

FIGURA 18 - DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DAS TAXAS DE COBERTURA INFERIORES A 20% DA RESPOSTA CENTRO DE DIA NA NUTS II - CENTRO, 2014



Respostas sociais dirigidas a pessoas com deficiência

Tendo em conta as taxas de cobertura reduzidas em todo o território da Região Centro para todas as tipologias de resposta, consideram-se prioritárias todas as respostas independentemente da sua localização, sem prejuízo da avaliação a efetuar pelos serviços da Segurança Social.

Em síntese, apresentam-se o número de concelhos por CIM, segundo a tipologia de resposta para crianças e idosos e nível de prioridade (visto que para pessoas com deficiência todo o território é prioritário):

Grupos sociais/Resposta Prioridade	Crianças: Creche			Idosos: ERPI + CD			Idosos: ERPI				Idosos: CD			
	P 1	P 2	P 3	P 1	P 2	P 3	P 1	P 2	P 3	P 4	P 1	P 2	P 3	P 4
CIM														
Beira Baixa								1		4	1		2	
Beiras e Serra da Estrela						1			3	7		2		6
Médio Tejo			1		3	5		3	5	2	2	4	4	1
Oeste			2		6	4		2	6	4	4	6		2
Região de Aveiro			1	1	6	4		6	5		1	8	1	1
Região de Coimbra			1		3	11		4	7	7	1	5	5	7
Região de Leiria				1	1	8		2	6	2	1	6	1	2
Viseu Dão Lafões		1	2		2	8		4	5	3	4	7	2	
Região Centro	0	1	7	2	21	43	0	22	37	29	14	38	15	19

Como é bem visível no quadro anterior, as necessidades regionais são ainda muito vastas e exigem recursos financeiros que não estão disponíveis no Programa Operacional. Por isso a opção, nesta fase, é financiar apenas projetos de investimento de remodelação, beneficiação, reabilitação ou adaptação de um equipamento social, independentemente da sua localização no território regional, que cumpram as restrições referidas atrás e, cumulativamente, sejam avaliados tendo em conta um conjunto de critérios que permitem priorizar os investimentos em função do seu grau

de necessidade, do seu contributo para a melhoria da qualidade dos serviços prestados e do seu contributo para o cumprimento dos requisitos legais que são aplicáveis aos equipamentos sociais a apoiar.

O projeto candidato que corresponda a remodelação, beneficiação, reabilitação ou adaptação de um equipamento social, melhorando as condições de instalação e funcionamento das respostas sociais, deverá ter acordo de cooperação celebrado com a Segurança Social e não implicar um aumento da capacidade instalada numa das respostas sociais consideradas prioritárias.

Na seleção das candidaturas deverá ter-se em consideração, nomeadamente:

- o número de anos do edificado;
- o estado de degradação e infraestruturas;
- a modernização e o ajustamento das infraestruturas às necessidades presentes e futuras;
- a necessidade de remodelação e adaptação das infraestruturas para garantir o acesso a todos os cidadãos, independentemente das respetivas capacidades motoras.

Os critérios, em concreto, serão definidos em conjunto entre a Autoridade de Gestão do Programa Centro 2020 e a Tutela da Segurança Social e constarão de um aviso de concurso.

ANEXOS

Anexo 1. Taxa de variação da população residente, nos municípios da Região Centro, entre 2001 e 2011

	HM	H	M
	%		
PORTUGAL	1,99	0,93	2,98
CENTRO	-0,88	-1,82	-0,01
Região de Aveiro	1,49	0,44	2,47
Agueda	-2,68	-3,67	-1,74
Albergaria-a-Velha	2,49	1,43	3,51
Anadia	-7,59	-8,20	-7,02
Aveiro	6,97	5,40	8,43
Estarreja	-4,20	-4,60	-3,84
Ílhavo	3,73	2,06	5,31
Murtosa	11,92	12,79	11,11
Oliveira do Bairro	8,81	7,85	9,69
Ovar	0,36	-0,74	1,41
Sever do Vouga	-6,29	-6,11	-6,47
Vagos	3,79	2,69	4,82
Região de Coimbra	-2,58	-3,25	-1,97
Arganil	-10,85	-11,24	-10,49
Cantanhede	-3,47	-4,59	-2,43
Coimbra	-3,40	-3,81	-3,04
Condeixa-a-Nova	11,33	10,79	11,81
Figueira da Foz	-0,76	-1,67	0,07
Góis	-12,36	-12,49	-12,25
Lousã	11,75	11,95	11,57
Mealhada	-1,56	-2,63	-0,54
Mira	-3,16	-3,20	-3,13
Miranda do Corvo	0,22	-1,07	1,45
Montemor-o-Velho	2,72	2,33	3,09
Mortágua	-7,44	-8,91	-6,03
Oliveira do Hospital	-5,68	-6,06	-5,34
Pampilhosa da Serra	-14,16	-14,95	-13,47
Penacova	-8,81	-9,83	-7,88
Penela	-9,27	-11,14	-7,51
Soure	-8,09	-9,27	-6,99
Tábua	-4,21	-5,25	-3,26
Vila Nova de Poiares	3,12	2,44	3,74
Região de Leiria	2,08	1,02	3,08
Alvaiázere	-13,64	-14,40	-12,96
Ansão	-4,31	-6,07	-2,68
Batalha	5,35	4,24	6,42
Castanheira de Pêra	-14,52	-13,49	-15,44
Figueiró dos Vinhos	-16,09	-17,11	-15,17
Leiria	5,88	4,81	6,91
Marinha Grande	8,74	7,34	10,08
Pedrógão Grande	-10,98	-11,73	-10,30
Pombal	-1,92	-3,34	-0,59
Porto de Mós	0,29	-0,03	0,60
Viseu Dão-Lafões	-3,01	-4,27	-1,85
Aguiar da Beira	-12,39	-13,31	-11,56
Carregal do Sal	-5,53	-6,72	-4,44
Castro Daire	-9,72	-11,30	-8,20
Mangualde	-5,29	-5,35	-5,23
Nelas	-1,72	-3,67	0,11
Oliveira de Frades	-3,05	-4,29	-1,91
Penalva do Castelo	-11,79	-12,32	-11,29
Santa Comba Dão	-7,02	-7,76	-6,35
São Pedro do Sul	-11,70	-13,80	-9,76
Sátão	-5,33	-5,99	-4,72
Tondela	-7,08	-8,24	-6,01
Vila Nova de Paiva	-15,71	-17,04	-14,47
Viseu	6,17	4,84	7,40
Vouzela	-11,35	-13,17	-9,62

	HM	H	M
	%		
Beiras e Serra da Estrela	-8,80	-9,45	-8,20
Almeida	-14,02	-16,13	-12,07
Belmonte	-9,65	-8,45	-10,74
Celorico da Beira	-13,32	-15,71	-11,09
Covilhã	-4,97	-5,74	-4,25
Figueira de Castelo Rodrigo	-12,55	-12,68	-12,42
Fornos de Algodres	-11,37	-12,98	-9,88
Fundão	-7,21	-8,15	-6,33
Gouveia	-12,88	-14,10	-11,79
Guarda	-2,92	-2,74	-3,09
Manteigas	-16,22	-17,20	-15,32
Meda	-16,62	-16,92	-16,35
Pinhel	-12,11	-13,00	-11,29
Sabugal	-15,65	-16,24	-15,12
Seia	-12,23	-12,92	-11,60
Trancoso	-9,28	-9,59	-9,01
Beira Baixa	-5,66	-6,43	-4,95
Castelo Branco	0,72	0,22	1,18
Idanha-a-Nova	-16,67	-17,08	-16,28
Oleiros	-14,32	-15,44	-13,27
Penamacor	-14,66	-14,15	-15,13
Proença-a-Nova	-13,49	-15,80	-11,24
Vila Velha de Ródão	-14,08	-16,34	-12,00
Médio Tejo	-2,86	-3,71	-2,07
Abrantes	-6,89	-7,50	-6,32
Alcanena	-5,01	-6,16	-3,92
Constância	6,32	5,42	7,16
Entroncamento	11,18	9,11	13,14
Ferreira do Zêzere	-8,52	-9,01	-8,07
Mação	-13,08	-13,84	-12,38
Ourém	-0,61	-1,75	0,42
Sardoal	-4,02	-4,15	-3,90
Sertã	-5,02	-5,71	-4,39
Tomar	-5,42	-5,99	-4,89
Torres Novas	-0,52	-1,08	0,01
Vila de Rei	2,92	-0,57	6,07
Vila Nova da Barquinha	-3,78	-4,05	-3,53
Oeste	7,04	5,67	8,34
Alcobaça	2,38	1,09	3,61
Alenquer	10,43	9,24	11,59
Arruda dos Vinhos	29,38	28,69	30,05
Bombarral	-0,98	-2,98	0,94
Cadaval	2,04	0,73	3,30
Caldas da Rainha	5,90	4,35	7,34
Lourinhã	10,62	9,07	12,12
Nazaré	0,65	-1,12	2,33
Óbidos	8,25	6,04	10,43
Peniche	1,60	0,50	2,66
Sobral de Monte Agraço	13,77	14,49	13,08
Torres Vedras	9,99	8,45	11,46

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011